



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

16ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO - MTE

Ata da ordem do dia 09 de dezembro de 2013.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

ATA DA 16ª REUNIÃO DO PLENO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F. Brasília – DF – sala 433

Data: 09 de dezembro de 2013.

1 Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e treze teve início a 16ª Reunião do Pleno do
2 Conselho de Relações do Trabalho sob a Coordenação do Sr. Secretário de Relações do Trabalho
3 Manoel Messias Nascimento Melo. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros titulares e
4 suplentes: Paulo Sérgio de Almeida; Manoel Messias Nascimento Melo; Ione Rocha Torres
5 Mendes; Eudes da Silva Carneiro; Mauro Rodrigues de Souza; Alex Sandro Gonçalves Pereira;
6 Pascoal Carneiro; Mauri Viana Pereira; Maria das Graças Costa; Valeir Ertle; Danilo Pereira da
7 Silva; Sebastião José da Silva; Francisco Canindé Pegado do Nascimento; Cristiano Zaranza; Rafael
8 Ernesto Kieckbusch; Willian Soares de Oliveira; Joicy Damares Pereira; João Adilberto Pereira
9 Xavier; Danilo Piva Júnior; Alain Alpin Mac Gregor; Magnus Ribas Apostólico; Adriana Giuntini;
10 Nicole Goulart e Sylvia Lorena Teixeira de Sousa. **ABERTURA:** O Sr. Secretário de Relações do
11 Trabalho Manoel Messias inicia a reunião saudando e desejando bons trabalhos aos presentes,
12 agradece a disponibilidade dos Conselheiros em antecipar o horário da reunião de 14h para as 10h.
13 Apresenta a pauta do dia discorrendo que realizariam uma discussão sucinta, em virtude do tempo.
14 Sugere a retirada do item “C” dos Informes pela ausência da CONDSEF. A Sra. Adriana Giuntini,
15 coordenadora, sugere a marcação de uma reunião apenas para apresentação dos sistemas
16 Homolognet e Mediador, para que os técnicos das bancadas pudessem oferecer melhorias. O
17 Presidente acata, mas pondera que fará um rápido informe e tendo tempo farão a apresentação dos
18 técnicos com relação ao sistema. Passa para o próximo ponto que é aprovação das Atas. Os
19 Conselheiros ajustam algumas deliberações com concordância das Bancadas envolvidas na Ata da
20 13ª Reunião e a Ata é aprovada. A Ata da 14ª Reunião é aprovada. O Sr. Mauri Viana da CGTB
21 sugere que a Ata seja lida em sua totalidade na reunião, antes da aprovação. O Presidente coloca em
22 votação a proposta da CGTB de leitura das atas e a proposta do Governo de se manter o
23 procedimento que já é adotado de encaminhar as atas antecipadamente e apenas fazer as correções
24 na reunião, para dar agilidade aos trabalhos. A proposta do Governo é aprovada pelas três bancadas.

25 Prosseguindo o Sr. Francisco Pegado realiza algumas observações na Ata da 15ª Reunião. O Sr.
26 João Adilberto da CNS discorre que apresentou uma proposta com relação ao GT dos Repositores e
27 Demonstradores, de supermercados e discorre que a Confederação Nacional de Serviços se sente
28 incomodada por não está representada nesse GT e que é necessário usar bom senso. O Presidente
29 informa que a ausência da Confederação é por decisão da Bancada dos Empregadores. A Sra.
30 Adriana Giuntini informa que a decisão é tomada pela maioria. O Sr. João Adilberto registra que em
31 se tratando da maioria, a CNS sempre será voto vencido. Terminadas as observações, o Secretário
32 Messias Melo coloca a Ata da 15ª Reunião em votação e é aprovada. Seguindo coloca a agenda das
33 reuniões do ano de 2014 em discussão ponderando que é importante aprovar a data da primeira
34 reunião e nesta seriam aprovadas todas as outras, e solicita que nesta reunião do dia 18 de fevereiro
35 tragam propostas de agenda para aprovação. O Secretário Messias Melo passa para o próximo
36 ponto: Discussão e encaminhamentos quanto ao resultado dos estudos do Grupo de Trabalho
37 instituído pela Câmara Bipartite Governo-Servidores, para tratar da forma de financiamentos das
38 entidades sindicais dos servidores públicos e explana seu processo no Ministério, destacando que
39 prorrogou-se por um ano a Instrução Normativa da contribuição sindical e que o Projeto de Lei foi
40 encaminhado para o Pleno. O Grupo de Trabalho concluiu o estudo e tem uma proposta de Projeto
41 de Lei e o relatório, que para ter sequência será necessário o Conselho referendá-lo. O Sr. Francisco
42 Pegado, discorre que o assunto servidor público não está restrito somente à questão da forma de
43 financiamento, do custeio; existe a questão relacionada à negociação do servidor público, tem a
44 questão relacionada à greve dos servidores públicos e propõe que o Conselho, através do Ministério
45 do Trabalho, encaminhe a proposta para um grupo onde se envolva todas as centrais sindicais e os
46 Ministérios envolvidos, que terão que discutir esta proposta. A Sra. Adriana discorre que não teve
47 condições de estudar o tema e por isso solicita que não se discuta o tema na reunião de hoje. O Sr.
48 Manoel Messias pondera que já era sabido que o resultado do GT seria debatido entre os
49 Ministérios e que a proposta aprovada no grupo foi pactuada de forma tripartite. Considera que a
50 discussão está prejudicada porque muitos não estudaram o documento enviado, sugerindo o
51 adiamento do ponto de pauta. O Sr. Pascoal sugere que o governo discuta primeiramente com o
52 Ministério do planejamento e Casa Civil e posteriormente traga para o CRT para avaliação dos
53 ajustes propostos. O Sr. Mauri Viana pondera que o tema já foi debatido e se deve chegar a uma
54 conclusão o quanto antes, pois havendo demora os servidores públicos serão prejudicados. O Sr.
55 Cristiano Zaranza sugere que seja estabelecido um prazo mínimo do envio dos documentos, pois é

56 necessário um tempo hábil para debate dentro das Entidades e Bancadas. O Secretário esclarece que
57 exatamente por conta da preocupação com relação aos servidores foi mantido o *status quo*
58 prorrogando a Instrução Normativa que prevê o recolhimento da contribuição sindical dos
59 servidores. Com relação ao envio dos documentos esclarece que fizeram um acordo que era para ser
60 em torno de 10 dias antes da reunião do Conselho ter uma reunião dos Coordenadores das Bancadas
61 para conseguirem fazê-la no dia quatro, então para que se cumpra esse acordo é necessário ter
62 disponibilidade das Coordenações, mas estão encontrando dificuldades muitas vezes de agendar
63 essa reunião. Propõe o debate do tema na próxima reunião e que já encaminharam para a Secretaria
64 Geral da Presidência, Casa Civil e Ministério Planejamento, ponderando que a posição do Conselho
65 ainda não é oficial. Seguindo passa para o próximo ponto de pauta Diretrizes para tramitação dos
66 processos que tratam do reconhecimento das categorias e questiona se existem propostas das
67 Bancadas com relação ao tema, pois foi solicitação da reunião anterior. Não havendo propostas
68 adia-se também o para a próxima reunião salientando que a data da aprovação da Resolução é
69 março de 2014 em relação às categorias, enquanto tabela. Solicita aos Conselheiros que façam os
70 debates nas Bancadas e tragam propostas. Passa-se para o próximo ponto, tabela de categorias
71 explanando que o tema está há muito tempo sendo adiado e solicita posições das Bancadas e que
72 posteriormente enfrentariam as questões jurídicas. O Sra. Mauri Viana Pereira pondera que na
73 questão da tabela de categorias a CGTB acha o Quadro tem que ser modificado ou criado através de
74 uma PEC, não é uma Resolução, que enfrentará questionamentos jurídicos. O Sr. Cristiano Zaranza
75 discorre que janeiro é um mês de férias e não tem condições de se analisar o tema. O Sr. Manoel
76 Messias solicita que as Bancadas sugiram uma data para realizarem o debate. O Sr. Francisco
77 Pegado discorre que realizarão o debate da sua Bancada em janeiro, após o recesso. Seguindo o
78 Secretário passa para o ponto seis da pauta: Retorno da discussão da Ordem dos Músicos. Explica
79 sobre o histórico do item, destacando que está em debate há mais de um ano na Bancada dos
80 Trabalhadores e que estes apresentaram relatório. Questiona se há uma posição dos Empregadores
81 com relação ao tema. O Sr. Francisco Pegado, pelos trabalhadores, discorre que existem grupos
82 divergentes na categoria e que trarão uma posição, provavelmente por maioria. Pondera que está
83 havendo um grande prejuízo na categoria dos músicos com as contratações precárias dos
84 profissionais envolvidos. Propõe uma reunião entre as duas Bancadas nos próximos 30, 40 dias para
85 encerrarem o assunto. O Sr. Messias esclarece que o documento que estão debatendo é o
86 apresentado pela Bancada dos Trabalhadores e que estes estavam com divergências internas com

87 relação à proposta. Explana que o Ministério, através da SIT, tomará uma posição em relação a esta
88 proposta e questiona se formarão uma Câmara Bipartite Empregados e Empregadores para
89 debaterem o tema. O Sr. Mauri Viana informa que as entidades ainda não foram consultadas. O
90 Secretário informa, do ponto de vista de forma, que o processo está sob vistas da Bancada dos
91 Trabalhadores. A Sra. Adriana sugere que se mantenha o debate bipartite e, após, envie o material
92 para o Conselho. E o Sr. Francisco Pegado adianta que não haverá acordo, serão duas propostas
93 diferentes. Pactuam o prazo máximo para entrega da proposta pela Bancada dos Trabalhadores para
94 o dia 21 de janeiro, antes da reunião bipartite, e após o envio do documento retirado nesta reunião
95 para o Conselho. O Sr. Manoel Messias passa para o próximo ponto de pauta que é a
96 regulamentação do Trabalho de Curta Duração, explana sobre o histórico do tema e seu processo e
97 passa para o Sr. Paulo Sérgio de Almeida apresentar o tema. O Sr. Paulo Sérgio explana sobre as
98 contratações de curta duração destacando que ficam descobertos pela legislação atual. Exemplifica
99 os trabalhadores da Copa das confederações que trabalharam como autônomos. Explana os critérios
100 da Lei que seria uma maneira mais simplificada de contratação, mas com registro para o trabalhador
101 e para a empresa, com formalização, e no máximo por 60 dias por ano, de um a quatorze dias
102 corridos, com os direitos trabalhistas pagos proporcionalmente aos dias trabalhados. Considera uma
103 Lei importante para retirar da informalidade milhares de trabalhadores que hoje ficam sem a
104 cobertura dos encargos trabalhistas e sociais que deveriam ser recolhidos. O Sr. Francisco Pegado
105 sugere que o encaminhamento da proposta de lei seja adiado para a próxima reunião dada sua
106 impactação. A Sra. Adriana Giuntini considera também que necessitaria de mais tempo para estudo
107 do tema. O Secretário diz que a lei não é para a Copa do Mundo, mas há uma pressão em virtude do
108 evento, que haverá muitas contratações desse tipo. Ponderando que houve demanda do Ministério
109 Público do Trabalho e a intenção do Ministro é que se conclua ainda neste ano de 2013. O Sr.
110 Cristiano Zaranza sugere que seja excepcionado o setor rural. Solicita o envio da minuta do projeto
111 de lei para estudo. O Sr. Valeir Ertle considera um tema muito polêmico e sugere que o tema seja
112 debatido na Câmara Bipartite na próxima reunião, pois também não foi debatido na Bancada. O Sr.
113 Manoel Messias informa que está consultando o Ministro com relação ao prazo desta decisão, que
114 tomará nota dos comentários das Bancadas para o início das discussões. Destaca que estão tratando
115 de um tema que a legislação ainda não cobre, deixando claro que o tema não se confunde com o
116 trabalho rural e também o trabalho temporário. Propõe uma reunião tripartite para o dia 19 de
117 dezembro para ter tempo de negociar com a Presidenta, considerando que a demanda de tempo é do

118 Ministro do Trabalho, que necessita, após consulta ao Conselho, negociar o envio para a Câmara
119 dos Deputados como Medida Provisória pela Presidenta da República. O Sr. Valeir Ertle considera
120 um tema muito importante para se debater tão rapidamente. Após o debate a Sra. Tânia propõe o
121 envio da proposta para as Bancadas, e no dia 10 de janeiro a finalização das propostas. A Sra.
122 Adriana Giuntini fortalece a proposta e considera viável. O Sr. Valeir Ertle discorre que não há
123 acordo, pois é um tema polêmico que necessita ser pactuado nas centrais e com este pequeno espaço
124 de tempo e conflitos na agenda não há consenso por sua parte. O Sr. Paulo Sérgio considera factível
125 a preocupação das centrais, reconhecendo alguns pontos frágeis no texto da lei, que seria importante
126 o consenso já no Conselho, porque haverá o tramite no Congresso onde o texto também será
127 qualificado e pactuado. O Sr. Manoel Messias sugere uma primeira reunião dias 18 ou 19 dezembro
128 para o primeiro debate com as Bancadas e uma segunda reunião na segunda semana de janeiro,
129 ficando uma consulta com o Ministro pendente, para verificar se existe respaldo. O Sr. Francisco
130 Pegado pondera que fizeram todo esforço possível, mas com os recessos a Bancada não conseguiu
131 chegar na data do dia 10 de janeiro e sugere a data de 21 de janeiro, trazendo um indicativo.
132 relacionado à proposta, considerando que todas as centrais consideraram exígua a data do dia 10. O
133 Sr. Manoel Messias esclarece que 21 não seria possível, considerando que estarão a cinco meses da
134 Copa, pois após as discussões internas o Ministro ainda negociará com a Casa Civil e também a
135 tramitação no Congresso e sugere 14 de janeiro. O Sr. Francisco Pegado entende que a proposta
136 inicial da Bancada dos Trabalhadores seria para a próxima reunião de fevereiro e realizariam o
137 esforço máximo para o dia 21 de janeiro e que as datas propostas deixarão as Centrais fora da
138 discussão. O Sr. Manoel Messias discorre que o texto já será alterado a partir desta reunião e será
139 enviado para as Bancadas para mais proposições, fortalecendo a data do dia 14 de janeiro. Após
140 consulta aprovam a data, sendo realizada reunião de Bancadas e não extraordinária do Conselho.
141 Esclarece que o texto estará aberto para proposituras até o dia da reunião, decidindo a reunião para
142 o dia 14 de janeiro às 14h. Passa para o próximo ponto que é trabalho nos domingos e feriados. O
143 Sr. Paulo Sérgio explana que a regra geral do Ministério é que não haja trabalho no domingo e
144 feriados, explana que há autorizações permanentes da Presidência da República que excetua na
145 lei. Também o Ministério do Trabalho e Emprego regula o tema de forma temporária. Explana as
146 exigências da legislação atual e que não se aplica ao comércio, que tem legislação própria. Explana
147 que a minuta de Portaria é no intuito de simplificar, mas garantir os direitos dos trabalhadores. O Sr.
148 Francisco Pegado sugere debater na Câmara Bipartite dia 21 de janeiro e decidir na reunião de

149 fevereiro. A Sra. Adriana Giuntini sugere uma reunião bipartite também com os Empregadores. O
150 Sr. Messias considera a proposta em duas reuniões bipartite com cada uma das Bancadas:
151 Trabalhadores e Empregadores e a decisão na reunião de fevereiro. O Sr. Paulo Sérgio apresenta o
152 próximo ponto de pauta: autorização do Ministério do Trabalho para redução do intervalo
153 intrajornada. Explana sobre a legislação e destaca que a proposta é adequar o procedimento da
154 fiscalização a um outro procedimento e que já existe portaria que trata do intervalo intrajornada.
155 Quando a Superintendência recebe esse pedido a fiscalização vai verificar nos seus sistemas se
156 aquela empresa tem alguma irregularidade de jornada, de repouso, pagamento de hora extra, se tem
157 alguma irregularidade. Se tem o processo então vai para a fiscalização e a empresa não é autorizada
158 de imediato; o Fiscal vai ter que ir até a empresa para verificar se aqueles problemas, que uma
159 fiscalização anterior verificou foram ou não corrigidos. Caso não haja nenhum tipo de constatação
160 da fiscalização então esse pedido está apto a ser decidido. Se no futuro a fiscalização constatar um
161 problema o pedido é então cancelado. O Sr. Francisco Pegado pondera que esse assunto é mais
162 complexo que o anterior e propõe também debater na Câmara Bipartite do dia 21 de janeiro e a
163 resolução na próxima reunião do pleno. A Sra. Adriana Giuntini pondera que é necessário realizar
164 uma reunião bipartite dos Empregadores e Governo. O Secretário considera importante essa reunião
165 e endossa o encaminhamento ficando pendente apenas a data. Consulta o Secretário Paulo Sérgio de
166 Almeida se o encaminhamento pode ser o sugerido pelo Sr. Francisco Pegado. O Encaminhamento
167 é aceito e o Sr. Paulo Sérgio apresenta o processo de autorização da redução do intervalo
168 intrajornada. Explana que o Ministério havia lançado uma Portaria que abria a possibilidade de
169 reduzir para até 30 minutos quando a empresa tem refeitório organizado, e veio um entendimento
170 do Tribunal Superior do Trabalho que derrubou essa Portaria ao argumentar que na verdade o tema
171 da alimentação dos trabalhadores, do intervalo para alimentação e descanso é um tema ligado à
172 segurança e saúde dos trabalhadores, é um tema de ordem pública e, portanto, não é sujeito a ser
173 regulamentado exclusivamente por acordo coletivo, porque tem que ter toda uma consideração de
174 ordem técnica do ponto de vista da preservação da segurança e da saúde dos trabalhadores. Então o
175 Ministério refez a Portaria. A atual portaria que está vigente exige que haja o acordo coletivo de
176 trabalho, mas também que haja um laudo técnico. Que gostaria de ouvir a opinião das Bancadas
177 para saber se há alguma proposta de avanço nesse tema, enfim, de alguma outra forma que o
178 Ministério pudesse trabalhar essas autorizações, ou se a forma que está vigente é a única possível
179 dado o que está de regulamentação na Justiça do Trabalho. O Sr. Valeir Ertle sugere que seja

180 incluída a discussão na pauta da reunião da Câmara Bipartite. A Sra. Adriana Giuntini demonstra
181 preocupação com relação ao laudo. O Sr. Cristiano Zaranza também tem a preocupação do tempo
182 de disponibilidade desse laudo sendo a autoridade responsável uma autoridade pública, porque às
183 vezes os quadros não acompanham a necessidade da atividade, que teme que a morosidade
184 prejudique o dinamismo que essa relação deve ter. Ficando decidido pautar na próxima reunião da
185 Câmara Bipartite e para a próxima reunião do Pleno, de fevereiro. O Sr. Messias passa para
186 apresentação dos sistemas homolognet e mediador, que é realizado pelo Sr. Admilson Santos da
187 SRT, que destaca que tudo que é feito hoje pelo Ministério, na intranet, desde 2010, também estará
188 sendo disponibilizado aos sindicatos laborais que optarem por utilizar o sistema HomologNet.
189 Destaca também que esse é um serviço para ser utilizado por adesão, não há obrigatoriedade. É um
190 serviço a mais e a entidade sindical laboral que se interessar poderá procurar o Ministério e pedir
191 acesso ao sistema. O Secretário, após a apresentação, discorre que farão apresentação mais
192 detalhada em outra reunião. O desafio é apenas de agenda e que necessitam convencer os sindicatos
193 patronais a utilizarem o sistema como teste. **ENCERRAMENTO:** O Sr. Secretário de Relações do
194 Trabalho, Manoel Messias Nascimento Melo agradece a presença de todos e considera que a
195 reunião foi produtiva, pois tomaram decisões importantes. Deseja a todos um bom retorno e encerra
196 a 16ª Reunião Ordinária do Conselho de Relações do Trabalho do dia nove de dezembro de dois mil
197 e treze.

198 MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – SRT _____
199 PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – SIT _____
200 IONE ROCHA TORRES MENDES – SRT _____
201 EUDES DA SILVA CARNEIRO – SRT _____
202 MAURO RODRIGUES DE SOUZA – SRT _____
203 ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA – GM _____
204 PASCOAL CARNEIRO – CTB _____
205 MAURI VIANA PEREIRA – CGTB _____
206 MARIA DAS GRAÇAS COSTA – CUT _____
207 VALEIR ERTLE – CUT _____
208 DANILO PEREIRA DA SILVA – FS _____
209 SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA – NCST _____
210 FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO – UGT _____

- 211 CRISTIANO ZARANZA – CNA _____
- 212 RAFAEL ERNESTO KIECKBUSCH – CNI _____
- 213 WILLIAN SOARES DE OLIVEIRA – CNCOOP _____
- 214 JOICY DAMARES PEREIRA – CNS _____
- 215 JOÃO ADILBERTO PEREIRA XAVIER – CNS _____
- 216 DANILO PIVA JÚNIOR – CNTUR _____
- 217 ALAIN ALPIN MAC GREGOR – CNC _____
- 218 MAGNUS RIBAS APOSTÓLICO – CONSIF _____
- 219 ADRIANA GIUNTINI – CNT _____
- 220 NICOLE GOULART – CNT _____
- 221 SYLVIA LORENA TEIXEIRA DE SOUSA – CNI _____